



ISSN: 2764-9024

DOI: 10.5281/zenodo.12786308

REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE DUAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR, PIAUÍ

*Reflections on the Environmental Dimension in the Pedagogical Political Project of Two
Schools in the Municipality of Campo Maior, Piauí*

Elenice de Abreu Oliveira¹, Carla Ledi Korndörfer²

¹Universidade Estadual do Piauí.

Email: eleniceabreu8@gmail.com.

²Universidade Estadual do Piauí.

Email: carlaledi@cpm.uespi.br

Resumo: O Projeto Político Pedagógico de uma escola deve ser construído a partir de uma intencionalidade significativa em que todos os sujeitos envolvidos nessa prática precisam participar do seu processo de construção e execução. Nesse contexto, a Educação Ambiental deve estar contemplada de forma abarcante no documento para promover ações reflexivas sobre a dimensão ambiental presente na realidade local e global. Logo, o presente estudo tem como objetivo geral caracterizar a dimensão ambiental presente no Projeto Político Pedagógico de duas escolas do município de Campo Maior, Piauí. Os objetivos específicos foram: identificar como a dimensão ambiental está inserida nos documentos, bem como verificar os projetos desenvolvidos nas duas instituições que estão em consonância com a temática. A metodologia utilizada caracterizou-se pela abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. O levantamento e a coleta de dados realizaram-se mediante pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados obtidos revelam que a dimensão ambiental é abordada nos manuscritos em uma perspectiva naturalista, com ênfase no desenvolvimento de projetos pontuais voltados para a conservação ambiental. Conclui-se que é importante pensar a inserção dessa temática no Projeto Político Pedagógico das escolas de forma mais sólida,



ISSN: 2764-9024

Revista Verde

Green Journal

DOI: 10.5281/zenodo.12786308

por meio de políticas públicas que reflitam as reais necessidades da instituição, suas aspirações e dificuldades.

Palavras-chave: Educação ambiental. Educação formal. Meio ambiente.

Abstract: The Pedagogical Political Project of a school must be built based on a significant intentionality in which all subjects involved in this practice need to participate in its construction and execution process. In this context, Environmental Education must be comprehensively included in the document to promote reflective actions on the environmental dimension present in the local and global reality. Therefore, the general objective of this study is to characterize the environmental dimension present in the Pedagogical Political Project of two schools in the municipality of Campo Maior, Piauí. The specific objectives were to identify how the environmental dimension is included in the documents, as well as to verify the projects developed in the two institutions that are in line with the theme. The methodology used was characterized by a qualitative approach, with an exploratory and descriptive character. The survey and data collection were carried out through bibliographic and documentary research. The results obtained reveal that the environmental dimension is addressed in the manuscripts from a naturalistic perspective, with an emphasis on the development of specific projects aimed at environmental conservation. It is concluded that it is important to think about the inclusion of this theme in the Pedagogical Political Project of schools in a more solid way, through public policies that reflect the real needs of the institution, its aspirations and difficulties.

Keywords: Environmental education. Formal education. Environment.

Introdução

A questão ambiental ganhou notoriedade com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo, Suécia, em 1972. Nesse evento definiu-se a necessidade de discutir as problemáticas ambientais que se agravava de forma contínua no planeta (Guimarães, 2015; Silva, 2011).

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pela implantação da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) que estabelecia que a Educação



ISSN: 2764-9024

Revista Verde

Green Journal

DOI: 10.5281/zenodo.12786308

Ambiental (EA) deveria ser trabalhada em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade (Brasil, 2018a). No entanto, a temática só ganhou dimensões públicas com sua inclusão na Constituição Federal de 1988 que instituiu necessário, no capítulo VI, inciso VI do artigo 225, “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Brasil, 2016, p. 131).

Em 1992, no Rio de Janeiro, paralelo a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio 92 ou Eco 92), foi elaborado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que representou um importante marco global para a Educação Ambiental por ter sido desenvolvido pela sociedade cívica internacional, e por ter adotado ela como um processo dinâmico em permanente construção voltado para a transformação social. Nela, a Agenda 21 foi aprovada visando promover o desenvolvimento sustentável mundial até o século XXI, (Brasil, 2018a).

Em virtude do panorama político voltado para o fortalecimento e normatização das ações em EA, bem como dos acordos firmados na Conferência do Rio de Janeiro, em 1994 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). A partir de então, criou-se subsídios para a formulação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei Federal nº 9.795/99 que é regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002 e reconhece a EA, em seu artigo 2º, como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (Brasil, 2018a, p. 43).

Em 2015, os representantes mundiais se reuniram na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, e elaboraram uma nova agenda ambiental, a Agenda 2030. Nela, estão presentes 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para serem atingidas e promover a melhoria das condições econômicas e sociais das populações mais carentes, levando em consideração os diferentes contextos mundiais. No plano de ação, o objetivo 4 – Educação de qualidade – visa “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (Brasil, 2018b).

As realizações das conferências ambientais reforçam o valor da participação social para discutir as questões socioambientais, elaboração de documentos referentes ao meio ambiente

486



ISSN: 2764-9024

DOI: 10.5281/zenodo.12786308

e destacam a necessidade de conservação do planeta. Aliado a isso, a Educação Ambiental vem ganhando espaço, principalmente no âmbito formal de ensino, pois há todo um respaldo legal que formaliza sua presença nas instituições. Nesse sentido, a Educação Ambiental no ambiente escolar busca “a sensibilização da sociedade, a incorporação do saber ambiental emergente no sistema educacional e a formação de recursos humanos de alto nível” (Leff, 2015, p. 222) para o direcionamento e operacionalização das políticas ambientais.

Logo, a escola enquanto local de encontro de culturas, de saberes científicos e cotidianos possibilita aos alunos fazerem uma aproximação do que aprendeu em sala de aula com a sua realidade, dando sequência ao seu processo de socialização e compreensão dos diferentes aspectos que permeiam nossa sociedade (Cavalcanti, 2012).

Nesse sentido, trabalhar os problemas ambientais no âmbito de ensino permite aos educandos entender o meio em que estão inseridos, bem como sua organização e importância da conservação para a vida no planeta. Por vez, inserir a Educação Ambiental como ferramenta que busca desenvolver nos cidadãos uma postura crítica, participativa e transformadora diante das mazelas socioambientais contemporâneas torna-se uma importante ação pedagógica (Cruz, 2011).

Tendo em vista que o Projeto Político Pedagógico (PPP) representa a identidade de uma escola em que através dele é possível identificar como a dimensão ambiental está inserida, Cazumbá e Silva (2015) avaliam o documento como um instrumento norteador para os profissionais da educação desenvolverem suas atividades pedagógicas. Nele, deve conter o que deve ser realizado, quando, de que forma, os envolvidos, os objetivos esperados, dentre outros quesitos (Neves, 2013).

Diante disso, o objetivo desse estudo pauta-se em caracterizar a dimensão ambiental presente no Projeto Político Pedagógico de duas escolas do município de Campo Maior, Piauí e a problemática que norteia a pesquisa é: como a dimensão ambiental é abordada no Projeto Político Pedagógico de duas instituições, uma pública e outra privada, no município de Campo Maior (PI)?.

O presente artigo é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado no ano de 2021, no curso de Licenciatura Plena em Geografia, ofertado pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus Heróis do Jenipapo, Campo Maior, Piauí.



ISSN: 2764-9024

DOI: 10.5281/zenodo.12786308

Objetivo

A pesquisa teve como objetivo caracterizar a dimensão ambiental presente no Projeto Político Pedagógico de duas escolas do município de Campo Maior, Piauí, identificando como a dimensão ambiental está inserida nos documentos e verificando os projetos desenvolvidos nas duas instituições que estão em consonância com a temática.

Metodologia

Local de estudo

Em relação ao recorte espacial, salienta-se que a pesquisa foi realizada em duas escolas, uma pública e outra privada, no município de Campo Maior (PI). Para a escolha das instituições, considerou-se o interesse em verificar a realidade da escola privada e da escola pública. Ambas as escolas oferecem a etapa de ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental e apenas uma, oferece o Ensino Médio e a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). O estudo optou pelo anonimato do nome das instituições e para nomeá-las utilizou-se a letra E, seguida de um número conforme o quadro abaixo (Quadro 1):

Quadro 1 - Identificação das duas instituições de ensino

Identificação das escolas	Mantenedora	Etapas de ensinooferecidas
Escola E1	Município	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Escola E2	Particular	Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Fonte:autora (2021)

Caminhos metodológicos

A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa, que consistiu em entender o fenômeno como um todo, evidenciando o enfoque da dinamicidade das relações humanas. Quanto aos objetivos caracterizou-se como exploratória e descritiva, pois envolveu a análise de documentos para estabelecer a familiarização do pesquisador com o seu objeto de estudo e descrição dos fatos obtidos através da pesquisa (Silveira; Córdova, 2009).



ISSN: 2764-9024

DOI: 10.5281/zenodo.12786308

Para o levantamento e coleta de dados realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental (Oliveira, 2016), a fim de verificar como a dimensão ambiental está inserida no Projeto Político Pedagógico das duas instituições de ensino.

Análise dos dados

Tendo em vista que a dimensão ambiental abrange uma variedade de temas a serem estudados, a análise dos dados presentes nos Projetos Político Pedagógicos das instituições de ensino teve como foco a relação entre o ser humano e o meio ambiente.

Resultados e Discussão

A dimensão ambiental nos Projetos Político Pedagógicos

Cada instituição de ensino tem liberdade para produzir seu Projeto Político Pedagógico considerando seu enredo social e anseios da comunidade. Um desafio encontrado para a sua elaboração refere-se à articulação de todos os segmentos da escola, incluindo a comunidade local e os pais. Assim, cabe à direção e a equipe pedagógica oferecer ferramentas e estratégias que garantam a participação de todos (Maia, 2013; Grzebieluka; Silva, 2015).

Ao analisar o conteúdo manifesto no Projeto Político Pedagógico da E1, verificou-se que o documento é elaborado de maneira coletiva, contando com a participação de funcionários da escola, representante da comunidade, conselhos escolares, pais e representantes de alunos. Já o Projeto Político Pedagógico da E2 é anualmente atualizado pela equipe, contando com a participação somente da direção, coordenadores das etapas de ensino e professores. Os alunos e os pais não participam desse processo.

O documento é uma ferramenta norteadora para o desenvolvimento de práticas pedagógicas na escola, então, o ideal é que a sua construção aconteça de maneira coletiva e democrática, envolvendo a participação de gestores, professores, estudantes e a comunidade em geral (Velo, 2007; Cruz, 2011).

As duas instituições elaboraram o Projeto Político Pedagógico respeitando os princípios e fins que conduzem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e demais normativas que norteiam o ensino no país.

No que tange aos objetivos das duas instituições presente no documento, observa-se que ambas buscam ofertar um ensino de qualidade e auxiliar no processo de formação do aluno como um ser crítico e social, preparando-os para o exercício de cidadania (ver quadro 2).

Quadro 2 - Objetivos presentes nos Projetos Político Pedagógicos das escolas E1 e E2

Escolas	Objetivo geral	Objetivos específicos
Escola E1	Garantir aos alunos da instituição um ensino de qualidade, contribuindo na formação integrada dos estudantes de forma a desenvolvê-los intelectualmente, tornando-os cidadãos críticos e conscientes do seu valoroso papel na construção de um mundo moderno.	Melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem, dinamizar a gestão da escola como um todo, fortalecer a participação dos pais no processo ensino-aprendizagem de seus filhos e fortalecer o relacionamento escola-comunidade.
Escola E2	Promover um ensino inovador por meio de práxis pedagógicas que induzam o aluno ao processo de reflexão-ação-reflexão auxiliando na formação de sujeitos críticos, proativos, éticos e conscientes, que sobretudo aprendam a compreender, a ser e a conviver em sociedade.	Promover o desenvolvimento integral do aluno, implantar projetos educativos e sociais e buscar a participação e integração escola-família e continuidade através de reuniões, palestras e eventos.

Fonte: autora (2021)

Quando os objetivos das duas escolas são contrastados com os objetivos presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, verifica-se que ambos apresentam propostas democráticas e integradoras no processo de ensino e aprendizagem. A resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 estabelece em seu capítulo I, artigo 1º, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, tendo como objetivos:

I - sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;

II - estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e

pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;

III - orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;

IV - orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados (Brasil, 2018a, p. 53).

No que se refere às concepções que norteiam a prática educativa presente nos dois Projetos Político Pedagógicos, as mais comuns são: a concepção de educação, escola e de currículo (Quadro 3):

Quadro 3 - Concepções que norteiam a prática educativa nas escolas E1 e E2

Concepções	Escola E1	Escola E2
Educação	Atividade humana necessária à existência e funcionamento de toda a sociedade.	Dinâmica organizativa dos saberes e das formas de interação das pessoas com o meio social no qual atuam.
Escola	Instituição democrática, dialética, transformadora, criativa, agente de construção do saber e colaboradora na construção de uma sociedade produtiva da justiça e igualdade.	Espaço geográfico e histórico onde a educação dá-se de forma intencional, estruturada, sistematizada e explícita.
Currículo	Matriz curricular organizada de acordo com o conhecimento que compõem a base comum da educação nacional e a parte diversificada e acordo com a LDB e o Sistema Estadual de Ensino.	Porção da cultura em termos de conteúdos e práticas (de ensino e aprendizagem, de avaliar, etc.) que por ser considerado relevante num dado momento histórico, é tanto trazida para a escola, quanto entra como elemento constitutivo das pedagogias culturais.

Fonte: autora (2021)

A discussão dessas questões se faz necessária na construção do documento, pois criam fundamentos e diretrizes voltadas para o que se almeja inserir. A ação educativa não é algo simples, ou seja, requer planejamentos direcionados para alcançar fins satisfatórios e concretos, culminando com o processo de reflexão do papel do professor e de sua atuação no ensino e aprendizagem (Cruz, 2011; Silva Junior *et al.*, 2018).



ISSN: 2764-9024

DOI: 10.5281/zenodo.12786308

O Projeto Político Pedagógico das escolas destacam Temas Contemporâneos que formam a parte diversificada do currículo escolar. Ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e orientação sexual são alguns dos temas destacados nos documentos (Quadro 4):

Quadro 4 - Temas contemporâneos abordados no Projeto Político Pedagógico da escola E1 e E2

Escolas	Temas contemporâneos abordados nos Projetos Político Pedagógicos
Escola E1	Saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura e as linguagens e as áreas do conhecimento: língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, ensino religioso, educação física, educação artística e língua estrangeira moderna.
Escola E2	Ética, trabalho consumo, diversidade cultural, educação ambiental, saúde, orientação sexual, educação para o trânsito, símbolos nacionais, preparação para o mundo do trabalho, vida familiar e social, direitos dos idosos, direitos humanos, educação para o consumo, educação alimentar e nutricional, educação fiscal, ciência e tecnologia.

Fonte: autora (2021)

Na Base Nacional Comum Curricular, os Temas Transversais são chamados de Temas Contemporâneos, destacando sua importância para a educação básica. Nesse sentido, cabem as instituições de ensino incorporá-los e introduzi-los nas práticas pedagógicas e nos currículos escolares, de maneira transversal e integral. Essa nova abordagem engloba quinze temas contemporâneos, são eles: direitos da criança e do adolescente, educação para o trânsito, educação ambiental, educação alimentar e nutricional, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Brasil, 2018c).

No que tange a temática da Educação Ambiental, observou-se que somente o Projeto Político Pedagógico da E1 traz uma definição acerca do tema, abordando que ela deve ser abordada de forma interdisciplinar, vinculada aos temas ambientais e globais, nas diversas áreas do conhecimento e não de forma fragmentada. Reigota (2016) enfatiza a importância da



ISSN: 2764-9024

DOI: 10.5281/zenodo.12786308

Educação Ambiental ser trabalhada em caráter interdisciplinar, dando ênfase na relação homem e natureza, considerando suas relações em sociedade. O documento ainda pontua duas de suas macro-tendências: a vertente conservadora e a vertente crítica (Quadro 5):

Quadro 5 - Macro-tendências da Educação Ambiental citadas no Projeto Político Pedagógico da E1

Macro-tendências	Como é definida no documento?
Educação Ambiental Conservadora	<ul style="list-style-type: none">- É a vertente pioneira da Educação Ambiental;- Tal modelo baseia-se no indivíduo e acredita que o ato educativo é suficiente para gerar mudanças de comportamentos individuais para chegar a uma mudança global;- Nessa vertente a ordem social vigente é não é criticada. O ser humano é colocado como um ser genérico afastado da história e a degradação ambiental é um fruto da humanidade.
Educação Ambiental Crítica	<ul style="list-style-type: none">- Essa vertente da educação originou do desejo de transformação a partir da crise socioambiental e visa um trabalho com atividades educativas construtivistas;- Nessa perspectiva os indivíduos são capazes de atuar de forma crítica se reconhecendo como parte do ambiente em que vivem, dessa forma conseguem pensar em soluções para os problemas e dar importância aos mesmos.

Fonte: autora (2021)

A introdução da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico visa a promoção de debates e discussões coletivas mediante as problemáticas ambientais advindas do sistema capitalista, ou melhor dizendo, da crise ambiental contemporânea. Nesse sentido, a prática da EA no ambiente de ensino é importante para a construção de uma nova visão sobre o progresso da economia e conservação ambiental (Cruz, 2011).

No que se refere às ações estratégicas que estão em consonância com a EA, identificou-se que somente a E1 apresenta características de desenvolvimento dessas práticas. Já na E2 não foi identificado nenhum projeto realizado ou em andamento relacionado à Educação Ambiental (Quadro 6):

Quadro 6 - Ações estratégicas que estão em consonância com a Educação Ambiental na escola E1

Ações educativas	Projetos de dimensão ambiental
<ul style="list-style-type: none">- Realização de atividades educativas ambientais na semana da água e do meio ambiente favorecedoras de uma postura sustentável;- Trabalho com os alunos na prevenção do meio ambiente;- Conscientização da importância da coleta seletiva.	<ul style="list-style-type: none">- Projeto sobre Meio Ambiente;- Projetos utilizando materiais recicláveis;- II Concurso das Escolas Sustentáveis: Projeto Poluição Atmosférica;- Projeto: Reciclando Sucata melhoramos nossas brincadeiras;- Projeto aprendendo a Reciclar;- Projeto Construindo Robô com materiais recicláveis.

Fonte: autora (2021)

Essas ações estratégicas envolvem tanto as ações educativas quanto os projetos de dimensão ambiental. Com relação aos projetos que se encontram presente no documento da escola E1 não obtive acesso para aprofundar o presente estudo.

No Projeto Político Pedagógico E2, a Educação Ambiental é citada somente duas vezes ao longo do material analisado, aparecendo como tema transversal e como trabalho a ser desenvolvido na escola por meio de palestras. Embora a Educação Ambiental seja citada, destaca-se que não foi encontrada fundamentação teórica quanto à forma como é desenvolvida e nenhum elemento explícito que mencionasse suas características, o que torna evidente a falta de identidade da escola em relação às questões socioambientais.

Uma vez que a Educação Ambiental ainda não se encontra presente no currículo da escola como uma prática educativa evidente e permanente, Santos e Santos (2016) chamam a atenção para a necessidade de ajuste do currículo, onde ela deixe de ser manifestada somente em datas comemorativas ou atividades pontuais e passe a ser uma ferramenta efetiva nas práticas pedagógicas da escola.

Considerações Finais

Após a análise dos Projetos Político Pedagógicos, verificou-se que a dimensão ambiental está evidente no decorrer dos documentos das duas instituições de ensino. Isso demonstra o interesse de ambas em tratar das questões ambientais em suas práticas e vivências, no entanto,



ISSN: 2764-9024

Revista Verde

Green Journal

DOI: 10.5281/zenodo.12786308

as escolas precisam apresentar bases mais sólidas integradas às diversas áreas do conhecimento, com viés interdisciplinar e multidisciplinar, proporcionando um olhar crítico e transformador dos alunos no tocante a dimensão ambiental.

Em relação aos projetos relacionados à dimensão ambiental, observou-se que apenas a escola pública destaca alguns projetos de cunho socioambiental desenvolvidos, todavia, não foi possível obter informações a respeito da forma que são realizados, as metodologias adotadas, os materiais utilizados e os sujeitos envolvidos no seu desenvolvimento. Já a escola privada menciona superficialmente a temática, mas não caracteriza como se dá sua abordagem em sala de aula.

As características da dimensão ambiental presentes nos Projetos Político Pedagógicos das escolas vão de encontro com uma visão predominantemente naturalista, voltada para uma prática não significativa e desvinculada do contexto histórico cultural dos alunos.

A Educação Ambiental enquanto ferramenta de libertação social requer uma mudança de comportamento, uma nova postura da sociedade frente às questões ambientais que vem surgindo diariamente. Dessa forma, a escola torna-se um importante espaço que deve promover ao aluno um encontro de ideias e de práticas ambientais a partir da realidade socioambiental da comunidade escolar.

Ressalta-se ainda que embora o Projeto Político Pedagógico seja um documento de domínio público, algumas escolas apresentaram resistência em concedê-lo. Apenas duas instituições aceitaram disponibilizar os materiais necessários para o desenvolvimento desse trabalho.

Bibliografia

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. - Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: https://www.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.



ISSN: 2764-9024

Revista Verde

Green Journal

DOI: 10.5281/zenodo.12786308

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Educação ambiental por um Brasil sustentável: ProNEA, marcos legais e normativos / Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério da Educação – MEC. – Brasília, DF: MMA, 2018a. 104 p. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/images/arquivo/80219/Pronea_final_2.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: IPEA, 2018b. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base. 2018c. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 out. 2023.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Referências Pedagógico-didáticas para a Geografia Escolar. *In*: CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. – Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 39-59.

CAZUMBÁ, Rodrigo Santos; SILVA, Raimunda Maria da; Gestão democrática e projeto político-pedagógico: estudo de caso em uma Escola Municipal de São Gonçalo dos Campos/BA. *Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, Santa Maria, v. 4, n. 8, p. 17-28, jul./dez, 2015.

CRUZ, Silvana. Educação ambiental e o projeto político-pedagógico: em busca da sustentabilidade ambiental. *Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista*, v. 7, n. 6, p. 921-933, 2011.

GRZEBIELUKA, Douglas; SILVA, Jocielle Aparecida. Educação Ambiental na escola: do Projeto Político Pedagógico a prática docente. *Revista Monografias Ambientais*, Santa Maria, v. 14, n. 3, p. 76–101, set./dez. 2015.

GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental na educação. – 12. ed. – Campinas, SP: Papirus, 2015. 112 p.

LEFF, Enrique. Conhecimento e Educação Ambiental. *In*: LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 222-235.



ISSN: 2764-9024

Revista Verde

Green Journal

DOI: 10.5281/zenodo.12786308

MAIA, Benjamin Perez. Os desafios e as superações na construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico. – Curitiba: Intersaberes, 2013. 114 p.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. *In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. – 29. ed. – Campinas, SP: Papirus, 2013. p. 95-129.*

OLIVEIRA, Maria Marly de. Conhecendo alguns tipos de pesquisa. *In: OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. – 7. ed. revista e atualizada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 64-75.*

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2016. 109 p.

SANTOS, Aline Gomes dos; SANTOS, Crisliane Aparecida Pereira. A inserção da Educação Ambiental no currículo escolar. *Revista Monografias Ambientais – REMOA, Santa Maria, v. 15, n. 1, p. 369-380, jan./abr. 2016.*

SILVA, Paulo Sérgio da. Ações efetivas da Educação Ambiental na prática escolar. *In: SEABRA, Giovanni (org.). Educação ambiental no mundo globalizado. – João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2011. p. 113-124.*

SILVA JUNIOR, Osias Raimundo da. *et al.* Apreendendo Educação Ambiental: a escola como ferramenta de mudança social. *In: Atena Editora. Políticas públicas na educação brasileira: Educação Ambiental. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. p. 5-13.*

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-43.*

VELOSO, Najla. Entre camelos e galinhas, uma discussão acerca da vida na escola. *In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (coord.). Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 73-82.2007.*